

Contradições do neodesenvolvimentismo boliviano à luz da Teoria Marxista da Dependência

Guilherme Balduino Gonzaga¹

Giuliana da Cunha Faccioli²

RESUMO

O Estado Plurinacional da Bolívia, formado pelo governo do Movimiento Al Socialismo (MAS) foi responsável por trazer melhorias significativas nos índices de desenvolvimento econômico e social na última década. Por outro lado, uma análise mais detida verifica profundas tensões decorrentes do processo de avanço e aprofundamento de práticas extrativistas. Assim, este artigo irá debater os limites e atritos presentes na economia política do governo de Evo Morales, tendo como plano de fundo teórico-metodológico categorias e estudos subscritos à Teoria Marxista da Dependência. De início, busca-se realizar uma retrospectiva em debate do marco teórico utilizado, se valendo principalmente das contribuições de Ruy Mauro Marini. Posteriormente, são apresentados os elementos centrais da história econômica contemporânea da Bolívia, com uma breve discussão de suas dinâmicas. Por fim, tenta-se examinar o novo modelo de desenvolvimento do governo MAS à luz da Teoria Marxista da Dependência, desvelando possíveis contradições que levassem ao golpe militar de 2019.

Palavras-Chave: Bolívia; Evo Morales; Extrativismo; Capitalismo Dependente; Ruy Mauro Marini; Teoria Marxista.

ABSTRACT

The Plurinational State of Bolivia, formed by the government of Movimiento Al Socialismo (MAS) was responsible for bringing significant improvements in the economic and social development indexes of the last decade. On the other hand, a closer analysis verifies deep tensions resulting from the process of advancing and deepening extractive practices. Thus, this article will discuss the limits and frictions present in the political economy of the government of Evo Morales, having as theoretical and methodological background categories and studies subscribed to the Marxist Theory of Dependency. At the beginning, we seek to carry out a retrospective debate on the theoretical framework, drawing mainly on the contributions of Ruy Mauro Marini. Subsequently, the central elements of Bolivia's contemporary economic history are presented, with a brief discussion of its dynamics. Finally, an attempt is made to examine the new development model of the MAS government in light of the Marxist Theory of Dependency, revealing possible contradictions that could lead to the 2019 military coup.

¹ Estudante de graduação no Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília - UnB. Email: guilhermebg95@hotmail.com

² Estudante de graduação no curso de sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília – UnB. Email: giulianafaccioli@gmail.com

Keywords: Bolivia; Evo Morales; Extractivism; Dependent Capitalism; Ruy Mauro Marini; Marxist Theory

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Plurinacional trazido pelo governo do Movimiento Al Socialismo (MAS) à Bolívia foi certamente capaz de alcançar avanços significativos nos índices de desenvolvimento econômico e social na última década. Eleito sob a proposta de aplicação de uma nova economia de caráter mais democrático, principalmente no manejo das terras e no respeito das autonomias populares - nomeadamente, o Modelo Económico Social Comunitário Productivo Boliviano (MESCP) -, o governo de Evo Morales exteriorizou-se em torno da expansão de políticas sociais, sem entretanto, alterar a matriz de acumulação anteriormente vigente. Quais, portanto, seriam as perspectivas e limites desse modelo de desenvolvimento dado suas características de periferia do capitalismo global e, a nível interno, que contradições estariam imbricadas na ampliação do modelo de acumulação extrativista para as demais classes presentes na Bolívia contemporânea?

O presente trabalho busca uma interpretação das políticas econômicas do governo de Evo Morales (2006 – 2019), orientada pelos conceitos e categorias da Teoria Marxista da Dependência, sobretudo a partir das contribuições teóricas oferecidas por Ruy Mauro Marini. A TMD surge a partir de uma necessidade teórica, conceitual e metodológica de compreensão e análise dos problemas socioeconômicos e políticos que operam na periferia, enquanto região subdesenvolvida e subordinada aos países desenvolvidos. Ela incorpora instrumentos da análise marxista e, na medida em que acessa níveis mais complexos de abstração, vê a sua integração por completo ao campo teórico marxista como uma necessidade, pois, segundo Marini, apenas o pensamento marxista pode estudar e compreender verdadeiramente a dinâmica da dependência. De acordo com Vânia Bambilra, a TMD trabalhada por Marini não é uma

Obviamente no en el sentido de una teoría general del modo de producción capitalista, pues eso fue hecho por Marx; ni tampoco del "modo de producción capitalista dependiente", pues esto no existe; sino del estudio de las formaciones económico-sociales capita-listas dependientes, vale decir, el análisis a un nivel de abstracción más bajo, capaz de captar la combinación específica

de los modos de producción que han coexistido en América Latina bajo la hegemonía del capitalismo (BAMBIRRA, 1978, p. 8).

A Teoria da Dependência é, portanto, um instrumento teórico-metodológico específico, em determinado nível de abstração, que faz uso dos conceitos e categorias mais gerais legadas por Marx e, com relação a importância fundamental da teoria do imperialismo, de Lênin no estudo das especificidades e formações socioeconômicas periféricas, com foco no território latino-americano.

Buscaremos, portanto, uma análise e compreensão dos fenômenos subjacentes à economia política da Bolívia contemporânea, utilizando do aparato conceitual criado por Ruy Mauro Marini dentro da tradição marxista.

2. TEORIA DA DEPENDÊNCIA E TEORIA DO VALOR - UMA RETROSPECTIVA

Nesta parte do artigo, traremos a discussão mais teórica e em maior nível de abstração proporcionada por Marini, elucidando o movimento das categorias em torno do conceito de *dependência*, o que possibilitará uma visão teórica geral da proposta marxista-mariniana e nossa futura aplicação desse conceito em nossa análise acerca dos desdobramentos do modelo desenvolvimentista na Bolívia.

O desenvolvimento econômico da América Latina em geral não pode ser compreendido sem a expansão comercial do capitalismo internacional. Antes mesmo que houvesse a formação do mercado mundial, os países que abarcam a Europa Ocidental lograram acentuada acumulação e apropriação de riquezas na época de transição do feudalismo ao capitalismo sob o processo de acumulação primitiva. Essa acumulação de riqueza, oriunda das expropriações efetuadas pelo colonialismo, demonstram, na história mundial, a importância da periferia, sobretudo a latinoamericana, no desenvolvimento da Revolução Industrial e na consolidação do capitalismo propriamente dito. As colônias, cuja existência estava condicionada a proporcionar uma base de transferências de recursos às metrópoles, eram grandes produtoras de metais preciosos, o que permitiu a fixação de uma base sólida às manufaturas europeias e a criação da grande indústria (LUCÉ, 2018).

A consolidação do capitalismo industrial fará surgir, com a independência conquistada pelos países latino-americanos no século XIX, uma estrutura definida de relação entre esses países e os centros capitalistas europeus, a divisão internacional do trabalho. Os novos países, segundo essa divisão, se

articulam diretamente com os centros europeus, produzindo e exportando em massa bens primários de acordo com a exigência e necessidade dos centros. Ruy Mauro Marini dirá:

“[...] é a partir de então [da consolidação da divisão internacional do trabalho] que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1973, p. 4).

A relação dos países europeus com os países latino-americanos é o que permitirá a consolidação da Revolução Industrial. A grande indústria tem como necessidade um amplo fluxo e disponibilidade de produtos agrícolas e matérias primas, pois só assim os países centrais podem especializar-se na atividade majoritariamente manufatureira. O crescimento da classe trabalhadora urbana – que gera uma maior demanda dos meios de subsistência oriundos da agropecuária – e da maior industrialização alcançada – que exige a grande disponibilidade de insumos e matérias primas – teria travado o desenvolvimento das economias europeias caso essas tivessem que suprir tais demandas, impossibilitando a acumulação de riquezas pela especialização na produção especificamente manufatureira. A solução que permitiu suprir essas necessidades inerentes ao desenvolvimento da grande indústria foi o deslocamento do eixo extrativista e agropecuário para os países periféricos, onde os países industriais se especializavam como produtores mundiais de manufatura e os países periféricos latino-americanos como exportadores de matérias primas e alimentos.

A oferta de alimentos e matérias primas procedente do mercado mundial, disponibilizada sobretudo pela especialização da América Latina nesses setores e em resposta às necessidades e requerimentos dos países industriais, gera uma transformação qualitativa na esfera da acumulação do capital. O crescimento quantitativo proporcionado pela entrada da América Latina no mercado mundial transforma o eixo de acumulação na economia industrial, deslocando a produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. A consolidação da acumulação em torno da mais-valia relativa por parte do capitalismo industrial é uma qualidade que se obtém mediada pelo trabalho concretizado nos países latino-americanos (ou periféricos em geral) sob a especialização instalada pela divisão internacional do trabalho. A contradição principal, aqui, é que esse deslocamento, nos países centrais, para a produção de mais-valia relativa, só é possível pela exacerbação da produção de mais-valia absoluta, que ocorrerá de forma acentuada nos países dominados pelo capitalismo dependente (MARINI, 1973)

Mais-valia é trabalho excedente, que, por sua vez, é medido pelo nível de exploração da força de trabalho. O que muda entre mais-valia absoluta e relativa são os mecanismos pelos quais se dará essa exploração, assumindo formas mais diretas ou indiretas. A mais-valia absoluta consiste em prolongar a jornada de trabalho ou intensificá-la, podendo manter constante ou não o pagamento da força de trabalho. Ela apresenta, portanto, algumas limitações, sejam elas fisiológicas (exaustão do trabalhador) ou sociais e políticas (a luta de classes como um de seus freios). No entanto, o capital encontra outras formas de elevar a mais-valia: através da mais-valia relativa. A mais-valia relativa acontece pela desvalorização da força de trabalho sem que isso acarrete necessariamente a diminuição do salário nominal, mas sua desvalorização *real*. Isso só é possível quando há um aumento na produtividade nos setores que produzem bens-salário e/ou insumos. Esse aumento de produtividade nos setores destinados aos bens-salário e insumos reduz o tempo na jornada de trabalho que é gasto com o trabalho necessário para a reposição da força de trabalho e aumenta proporcionalmente o tempo de trabalho excedente. (CARCANHOLO, 2011).

O aumento da produtividade e a desvalorização da força de trabalho reduz o tempo da jornada de trabalho dedicado ao pagamento dos salários³, não por aumentar diretamente o tempo da jornada de trabalho que corresponde ao trabalho excedente ou reduzindo o salário nominal, mas por ampliar o trabalho excedente indiretamente pela via da maior produtividade, criando mais valores de uso na mesma duração da jornada de trabalho. Esse aumento da produtividade deve incidir sobre os setores de bens-salário, correspondendo a uma desvalorização da força de trabalho pela via do barateamento dos produtos que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores.

A intensificação e aumento da jornada de trabalho, que corresponde à mais-valia absoluta, cria mais valores de uso, pois obriga o operário a uma maior quantidade de trabalho sem que o tempo socialmente necessário mude, não afetando o valor unitário do produto. Já o aumento da produtividade, que provém das melhorias técnicas, quaisquer que elas sejam, reduz a quantidade de trabalho abstrato necessário para produzir uma unidade do produto, e por esse motivo tende a reduzir o valor unitário da mercadoria (SAAD FILHO, 2011). Ora, é justamente a redução do valor unitário de seus produtos que faz o capitalista individual buscar o aumento de produtividade, já que pode apelar para preços de venda menores que os de seus concorrentes e obter uma mais-valia extraordinária temporária. Essa mais-valia

³ O aumento da produtividade não produz mais valor, mas apenas mais valores de uso na mesma quantidade de tempo, ou seja, é a mesma quantidade de valor que é distribuída por uma maior massa de mercadorias, levando o barateamento dos preços de mercado e uma maior apropriação de mais-valia pelo papel desempenhado na concorrência, pois um maior número de mercadorias se realiza mais facilmente a preços mais baixos.

temporária, no entanto, tende a se extinguir com o tempo, dada as limitações impostas pela generalização do progresso técnico às demais indústrias do mesmo setor e a equalização das taxas de lucro, consequência dessa mesma generalização.

A formação e cristalização do capitalismo nos países latino-americanos ocorre através do mercado mundial e das exigências que este carregava, dado que o próprio mercado mundial é uma necessidade ao desenvolvimento industrial nos países centrais; a retirada do setor primário nesses países em direção à América Latina irrompe um grande fluxo e disponibilidade de insumos e alimentos, já que as economias latino-americanas se especializam na exportação de produtos originários da pecuária, agricultura e extrativismo. Com a solidificação da divisão internacional do trabalho, vem a solidificação do capitalismo dependente. Essas exigências por parte do mercado mundial buscavam, entre outras coisas, a solucionar um problema específico derivado da acumulação de riquezas orientada majoritariamente pela mais-valia relativa e a busca dos capitalistas individuais pelo lucro extraordinário, o problema da queda das taxas de lucro. A mais-valia extraordinária é alcançada pelo desenvolvimento técnico, que aumenta a produtividade de um capitalista individual e o lança à frente da concorrência, fazendo-o obter uma taxa de lucro superior à média, pois obtém preços de mercado mais baratos. Isso é apenas momentâneo: a própria concorrência induz os demais capitalistas a inovarem, imitando, adaptando ou criando formas de aumentar sua produtividade; assim, as inovações técnicas acabam se generalizando e a taxa de lucro extraordinária daquele capitalista individual cai novamente e retorna à média.

Quando levamos em conta a composição orgânica do capital⁴, após a generalização do progresso técnico, as taxas de lucro não voltam ao seu nível médio, mas, na verdade, caem abaixo do nível anterior e estabelecem uma nova média inferior à antiga. Isso acontece porque, tendo em vista a inovação técnica e o aumento da produtividade, o capital constante sofre um aumento. Isso pode acontecer por uma série de motivos, muitas vezes pelo próprio aumento do custo das máquinas e sua manutenção, mas, mesmo que as máquinas tenham valor reduzido, o capital constante ainda assim tende ao crescimento, pois o aumento da produtividade cria maior *quantum* de valores de uso no mesmo período de tempo, o que implica que uma quantidade maior de matéria prima é necessária para a produção de mais valores de uso, gerando gastos mais elevados com matéria prima, conseqüentemente inflando o capital constante. Nesse

⁴ Esta é a razão do capital constante pelo capital variável. Em outras palavras, ela reflete (em termos de valor) o montante de maquinário, matérias-primas e tudo que é necessário para conceber uma dada mercadoria em relação à força de trabalho necessária.

sentido, o aumento de produtividade implica em maior necessidade de matérias primas a serem transformadas em mercadorias, elevando a composição do capital. Ao se restabelecer a taxa média de lucro, vemos que ela se fixa a um nível abaixo da anterior (antes de haver o progresso técnico), pois *a massa total de mais-valia produzida, em relação aos custos totais com capital variável e capital constante, se torna menor*. A taxa de lucro é a razão entre a massa de mais-valia produzida sobre a soma da quantidade de valor do capital constante e do capital variável. Assim, por mais que *a massa de lucro* seja maior que a anterior, a *taxa de lucro* tende a cair, pois o capitalista precisa investir uma quantidade maior de valor para se apropriar de uma mesma quantidade de lucro. (CARCANHOLO, 2013).

Existem alguns fatores contratendentes que permitem conter a queda da taxa de lucro, vale destacar os seguintes: redução dos salários dos trabalhadores, superexploração da força de trabalho e o apelo ao comércio exterior que fornece matérias primas e alimentos mais baratos, de forma a reduzir o peso do capital constante sobre a composição do capital. Podemos ver como a inserção da América Latina é uma resposta direta à queda da taxa de lucro, pois ela abarca todas essas funções. *A transferência de valor* é o fator que incide primordialmente sobre o capital constante.

A transferência de valor como troca desigual entre países subdesenvolvidos e os países centrais pode ser entendida como uma “*não-identidade* entre a *mais-valia produzida* e a *mais-valia apropriada*” (LUCE, 2018, p. 33). Tendo em mente a divisão internacional do trabalho, Marini dirá que

o mero fato de que umas [nações] produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção⁵ mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (MARINI, 1973, p.0).

As economias que apresentam níveis mais altos de produtividade⁶, valendo-se das próprias leis da concorrência, não se veem obrigadas a reduzir o preço de venda de suas mercadorias ao seu valor

⁵ Simplificando bastante a teoria de Marx, o preço de produção de uma mercadoria pode ser entendido como o valor apropriado na sua venda que garante a obtenção do lucro médio e a uniformidade da taxa de lucro.

⁶ A troca desigual no nível do mercado mundial deve ser entendido pela afirmação de Marx de que uma certa intensidade média do trabalho se constitui em todos os países. Segundo Marx, o trabalho nacional mais produtivo geralmente se mostra como trabalho nacional mais intensivo. “*A intensidade nacional do trabalho* é a unidade de medida do *quantum* de valor gerado e apropriado por uma formação econômico-social” (SEIBEL LUCE, 2018, p. 35). O trabalho mais intensivo, portanto, produz mais valor no mesmo período de tempo que o menos intensivo; em escala internacional, o trabalho mais produtivo

individual⁷. Na medida em que produzem abaixo do preço de produção, possuem a capacidade de se apropriar, pela esfera da circulação, de somas maiores de valor em relação ao que efetivamente produziram, logrando uma maior quantidade de riqueza. A transferência de valor pode ser interpretada como uma perpetuação da mais-valia extraordinária no nível do comércio mundial e do intercâmbio entre a periferia e o centro. Os países centrais, por terem um preço de produção abaixo da média, logram vender suas mercadorias acima do seu valor individual, ou até mesmo acima do seu valor social, seja porque possuem o monopólio de manufaturas, ou simplesmente porque produzem certa mercadoria com maior facilidade. Segundo a própria dinâmica da transferência de valor, tudo aquilo que um dos lados ganha é igual ao que o outro lado perde, resultando na geração de superlucros nos países centrais e uma enorme perda nos países periféricos, pois os segundos compram por preços de venda mais elevados do que podem e vendem por preços mais baixos que aqueles constituídos pelo mercado mundial.

As deficiências e dificuldades econômicas provenientes das transferências de valor aos países com maior produtividade do trabalho é compensada, nos países com menor produtividade, pela superexploração da força de trabalho. Ela pode ser entendida como a articulação entre os mecanismos de exploração provenientes da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa. Eles são, respectivamente, a prolongação da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho – que correspondem a mecanismos próprios à mais-valia absoluta – e a desvalorização da força de trabalho – correspondente à mais-valia relativa. No entanto, no caso da superexploração, a articulação entre esses mecanismos geram uma tendência qualitativa nova e essencial à exploração no capitalismo dependente, que é a remuneração do operário abaixo do valor social de sua força de trabalho e as consequências geradas pela negação às “condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho” (MARINI, 1973, p. 13). O elevado dispêndio de força e a restrição imposta ao operário ao consumo dos bens básicos para a conservação da sua força de trabalho acarretam a redução da própria vida média dos trabalhadores, que podem ser substituídos facilmente, pois há um grande exército industrial de reserva no capitalismo dependente.

acaba se convertendo em trabalho mais intensivo, na medida em que uma nação não se vê obrigada pela concorrência a diminuir o preço de venda das suas mercadorias até seu valor. Cf. capítulo XX de *O Capital*.

⁷ “Relembremos que o valor individual de uma mercadoria, o trabalho real corporificado nela, pode diferir do valor de mercado, o qual é determinado pelas condições médias de produção naquela indústria. Tomemos o caso de um capitalista individual que utiliza essas condições médias de produção. Suponhamos que ele introduza uma nova técnica, o que aumenta a produtividade de seus trabalhadores acima da média. O valor individual de suas mercadorias ficará abaixo do valor de mercado, porque elas foram produzidas mais eficientemente do que é normal naquele setor. O capitalista pode agora fixar os seus preços a um nível mais baixo do que o valor de mercado, obrigando os rivais a baixarem os seus preços, mais ainda num valor mais alto que os seus valores individuais, realizando assim um lucro extra” (CALLINICOS, 2004, p. 24)

O aumento da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a diminuição forçada do salário do trabalhador (sem que essa redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho) – aspectos que dizem respeito à superexploração – implicam uma incapacitação e desestímulo ao consumo individual da classe trabalhadora. Com o início da segunda fase da circulação – isto é, a fase de realização e do produto final, após seu processo de valorização pela esfera da produção –, dá-se início ao processo de reposição do capital investido na primeira fase de circulação – com matérias primas, maquinaria etc. -, reposição tal que possibilita o recomeço do ciclo do capital. Nas economias dependentes, ocorre uma limitação da segunda fase de circulação, em parte causada pelos próprios mecanismos de valorização e extração de mais-valia através da superexploração, impedindo que o fluxo da produção se resolva adequadamente pelo fluxo do comércio; uma vez que o valor médio da remuneração salarial da classe trabalhadora é reduzido abaixo do nível necessário para o consumo dos bens básicos para sua reprodução orgânica, diminuindo drasticamente a função que o consumo individual por parte dos assalariados representa para o restabelecimento do ciclo do capital. Ocorre uma cisão entre a produção e sua realização na circulação, ocasionado pela debilidade do mercado interno enfraquecimento pelo limitado consumo individual da classe trabalhadora; isso aumenta mais ainda as contradições próprias ao capitalismo (a contradição do trabalhador enquanto produtor e consumidor) e reforça a dependência da economia latino-americana ao mercado externo, pois só assim consegue realizar a massa produzida de suas mercadorias. Marini diz:

Os limites com que se choca essa segunda fase da circulação, tanto pela transferência de mais-valia ao exterior como pela deformação da estrutura da renda interna, empurram-na em direção ao exterior, levando-a a buscar a realização de partes das mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior (MARINI, 2012, p. 35).

O problema de realização da produção de mercadorias no comércio interno, cujos países latino-americanos encontram e procuram solucionar apelando à exportação, é um dos fatores para entendermos uma transformação qualitativa no capitalismo dependente que o conduz a uma nova etapa: a do subimperialismo. O conceito de subimperialismo surge quando uma economia dependente alcança o patamar dos monopólios e do capital financeiro, mas ainda persiste a dependência tecnológica frente aos países centrais e o estreitamento entre a produção e as necessidades de consumo das massas, já que o regime de acumulação orientado pela superexploração persiste enquanto, a partir da maior

industrialização alcançada pelos países dependentes em meados do século XX, surge um maior consumo suntuário por parte das classes médias e altas da burguesia. No entanto, no subimperialismo, temos um papel primordial desempenhado pelo próprio Estado como fator de investimento e multiplicador da demanda. Assim, vemos três tendências que se concretizaram e geram uma nova etapa do desenvolvimento dependente: primeiro, a primazia do mercado interno pelo consumo suntuário das classes médias e altas; segundo, as exportações como uma necessidade à realização da produção interna; terceiro, a importância do Estado no que diz respeito aos investimentos públicos, à regulação da demanda etc. (SOTELO VALENCIA, 2018)

Em meados dos anos 60, sobretudo no Brasil, mediado por grandes investimentos dos capitais estrangeiros e da introdução de novas tecnologias vindas do exterior (como os Estados Unidos), ocorre a formação de grandes capitais individuais com alto nível de desenvolvimento tecnológico e índices de produtividade. Esses capitais, em posição privilegiada, alcançam altos níveis de lucro extraordinário e concentram cada vez mais a mais-valia produzida, dando início ao processo de monopolização precoce nas economias dependentes. O processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico que ocorreu nessas economias se dá paralelamente à contradição entre o aumento das escalas produtivas e o limitado mercado interno desses países. A demanda estatal e o consumo suntuário compensam parcialmente o consumo das massas populares, mas não conseguem lidar com o aumento da produtividade. Essa contradição particular torna inevitável o movimento cada vez maior das exportações como forma de lidar com a debilidade do mercado interno, por maior que seja o seu crescimento. Esse processo fica claro pela dinâmica econômica estabelecida no Brasil durante o período de ditadura militar (1964 – 1985), onde surgiu novos setores na produção, como a formação do sistema de energia nuclear e o complexo industrial-militar. A formação de polos industriais em paralelo ao mercado interno restrito pelo regime econômico que se orienta ao redor da superexploração e demais especificidades da dependência ao bloco imperialista direciona o Estado a uma expansão comercial e financeira rumo ao exterior. No caso do Brasil, isso pode ser visto nas relações econômicas estabelecidas com a Bolívia (o que será mostrado nesse artigo mais adiante). Os países subimperialistas, apesar de possuir algum nível de autonomia nos seus investimentos e políticas expansionistas, ainda sofrem restrições ocasionadas pelo bloco imperialista, ao qual continua a transferir valor. Ruy Mauro Marini afirma: “[...] independentemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza.” (MARINI, 1977).

3. A ECONOMIA POLÍTICA DO GOVERNO EVO MORALES (2006 – 2019)

Na seguinte seção, iremos expor os principais elementos estruturantes da história econômica recente da nação boliviana, examinando os efeitos líquidos da política econômica do governo de Evo Morales (2006-2019). Nesse sentido, será discutido como a Bolívia contemporânea se insere na lógica do neodesenvolvimentismo latino-americano, fortemente pautado na exploração e exportação de recursos ambientais, com atuação de peso do Estado, tanto no sentido de sustentar certo nível de demanda agregada através de políticas públicas, quanto para fomentar as atividades do capital privado nacional e estrangeiro, conservando alguma continuidade com a lógica neoliberal do período anterior.

A eleição e permanência do Movimiento Al Socialismo (MAS) no governo da Bolívia entre os anos de 2006-2019 podem ser compreendidas no ciclo de governos progressistas que alcançaram o poder na América Latina, como bem descreve Decio Machado e Raúl Zibechi:

Entre os diversos governos progressistas, houve pelo menos quatro questões em comum e algumas diferenças. Essas lógicas comuns são: o fortalecimento\reposicionamento do Estado, a aplicação de políticas sociais compensatórias como eixo das novas governabilidades, o modelo extrativo de produção e exportação de commodities como base da economia e a realização de grandes obras de infraestrutura. Ao nosso modo de ver, o modelo extrativo ancorado nos hidrocarbonetos, na mineração a céu aberto e as monoculturas como a soja, foram a chave do êxito econômico e das políticas sociais ancoradas nas transferências monetárias, assim como o eixo da legitimidade do progressismo. (MACHADO; ZIBECCHI, 2017, p. 14)

Assim, no período de 2003 a 2014, a América Latina e em especial, a Bolívia desfrutaram de um *boom* econômico sem precedentes na história. Em decorrência deste fenômeno, se pôde verificar, na maioria dos países do Cone Sul, altos índices de crescimento econômico, redução da dívida externa e aumento das reservas internacionais, superávits na balança de pagamentos dado o aumento do valor das exportações, aumento dos níveis de ingresso de investimento direto (ID), orçamentos fiscais relativamente equilibrados com taxas moderadas de inflação, queda no desemprego e crescimento dos salários reais. Dentre os elementos que justificam o bom desempenho da economia, entende-se que “Se atribuye estos resultados al comportamiento favorable de los precios de las materias primas impulsado por los países asiáticos, a las remesas, al ingreso de capitales que huyeron de las crisis de los países del Occidente y al buen manejo de la macroeconomía regional.” (ANAYA, 2017, p. 80).

No caso da Bolívia, os termos de intercâmbio fortemente favoráveis acentuaram o ciclo de matérias primas, levando as exportações a se concentrarem nas seguintes commodities: gás natural, metais, soja e quinoa. Nesse período, a região andina expandiu a produção e comercialização de bens primários a taxas superiores à média da América Latina (BENAVIDES; COSSÍO; MITA; TORRICO; WANDERLEY, 2018). A reprimarização das economias no período de boom recente permitiu forte crescimento de curto prazo e melhorias significativas em muitos indicadores sociais. Nesse sentido, apontamentos que condensem a dinâmica essencial de funcionamento destes setores se fazem particularmente necessários.

A nacionalização dos hidrocarbonetos em de maio de 2006 foi uma peça chave para o modelo neodesenvolvimentista boliviano, pois foi a partir dela que se pode gerar recursos internos para o financiamento do investimento público. Se tratou de uma nacionalização indireta, uma vez que não ocorreu expropriação de ativos das empresas estrangeiras, senão um incremento da participação do Estado nos fluxos de renda que eram gerados pela extração de tais recursos naturais. Em outras palavras, as modalidades contratuais com as empresas transnacionais foram alteradas, beneficiando a contraparte estatal no que concerne ao aumento moderado de suas receitas.

Com relação à comercialização de gás natural, pode-se afirmar que o Brasil se consolidou como principal parceiro comercial e dessa relação foi possível ao Estado Plurinacional da Bolívia o acúmulo de um montante considerável de divisas, tendo em vista um total produzido de 75% se direcionando para o mercado de exportação (MONRROY, 2017); de fato, a pauta comercial durante o governo de Morales se deslocou para transações regionais na América do Sul, com os Estados Unidos perdendo sua liderança de principal comprador, dando lugar ao Brasil e à Argentina, logo em seguida. O petróleo, por outro lado, teve maior participação no mercado interno, principalmente pela sua expansão a partir de preços subsidiados pelo governo.

A mineração, por sua vez, é expressiva em duas correntes centrais: primeiro, pela moderna mineração, com exemplos em San Cristóbal⁸, Manquiri e Sinchi Wayra, onde se usa uma exploração mais intensiva em técnica e tecnologia como a mineração a céu aberto e flotação - gozando, portanto, de maior produtividade – sendo ainda os responsáveis pela maior parte do processamento e exportação de

⁸ San Cristóbal, incubado na década de 1990 como um megaprojeto de George Soros, teve um investimento de 1.200 milhões de dólares. Sua capacidade produtiva de 60.000 toneladas por dia (tpd), é uma das maiores operações polimetálicas do mundo, que opera um depósito polimetálico de zinco, prata e chumbo. Tem uma capacidade três vezes maior que a Inti Raymi e 80 vezes maior que qualquer mina de tamanho médio na Bolívia. (POZO, 2017)

minerais na Bolívia. Em segundo lugar, as Cooperativas de Mineração são expressivas na configuração do setor, caracterizando-se enquanto um ramo de atividade informal. Nesse caso, foram beneficiadas por diversos fatores: não lhes é obrigatório a apresentação de demonstrações financeiras, são isentas do cumprimento das normas ambientais, de segurança industrial e de segurança social, além de arcarem também com menos royalties e impostos. No período mais recente, houve uma forte expansão das cooperativas na economia, dado o aumento dos preços dos minerais no mercado internacional e a brecha deixada pela empresa estatal, que não foi capaz de se capitalizar na área de exploração de metais; de acordo com Roca (2017, p. 501) “este cooperativismo esconde una alta tasa de empleo asalariado en condiciones de precariedad laboral, pero en su cúspide tiene a unos pocos cooperativistas que son los empresarios capitalistas del área, quienes sí poseen la estatura de una nueva elite económica que, a la par, funge como elite política”. Todavia, seu crescimento não é sustentável devido aos altos custos de produção e baixa produtividade, sendo mais vulnerável à instabilidade de preços.

Por fim, com relação ao avanço agrícola, diversos acordos da Comunidade Andina beneficiaram significativamente a agricultura comercial, além da baixa tributação pelo governo e da expansão da fronteira agrícola. Também o governo MAS incentivou o avanço da produção privada e capitalista de gêneros alimentícios por meio de políticas de crédito, assistência técnica, dentre outras, em detrimento da então chamada economia comunitária, de usufruto coletivo da terra, relegando essa prática apenas ao reconhecimento jurídico-formal de posse coletiva, como se verificou no cultivo da quinoa (RAMIREZ F.; SAVEEDRA, 2013). A soja, por outro lado, foi fortemente impulsionada pela entrada de capital estrangeiro, especialmente do capital brasileiro, com destaque para a região do complexo agroindustrial de soja e pecuária de Santa Cruz e Beni.

Por outro lado, a então preponderância da exploração de recursos naturais no interior da economia nacional levou o setor primário a deslocar os outros setores, caminhando na contramão de uma tão prometida diversificação do sistema produtivo boliviano e a um aumento considerável nas importações. Esse fato configura uma situação de maior vulnerabilidade estrutural, dado que a concentração em torno de produtos de baixo valor agregado aumenta a volatilidade do crescimento, associando-o às flutuações dos preços internacionais no mercado externo, como também ao risco inerente de esgotamento (econômico ou físico). Se verifica, ademais, uma diminuição da produção manufatureira interna (exceto para o processamento industrial de hidrocarbonetos) e um aumento nos preços e salários dos setores não comercializáveis em relação aos seus similares comercializáveis (ANAYA, 2017).

Sem embargo, o âmbito de atuação estatal passa a se aglomerar em torno da sustentação do consumo doméstico, seja pela produção direta de bens e serviços subsidiados, seja pela obtenção do câmbio necessário para atender à demanda nacional com importações, ou, ainda, pela responsabilidade no fornecimento de infraestrutura. Nesse sentido, o neoestatismo de Evo Morales pode ser também entendido como um novo modelo de desenvolvimentismo:

Después de 20 años de un modelo económico centrado en el dinamismo privado, en el 2006 la política económica se enfoca nuevamente a través de las ideas keynesianas y cepalinas, que en alguna medida se asemejan al capitalismo de Estado del periodo 1952-1985. El Plan Nacional de Desarrollo 2006-2010, en lo referente a la matriz productiva señala que esta estará conformada por dos sectores: 1) sector estratégico: generador de excedentes, y 2) sector generador de empleos e ingresos (con el que se refiere a las empresas privadas pequeñas y medianas, economía agrícola y de subsistencia). (YAÑEZ, 2017, p. 202)

A necessidade de se acumular maiores excedentes, confere ao Estado a execução de diversas nacionalizações em setores estratégicos, como aqueles destinados à exploração e fornecimento de energia, combustíveis, transporte, dentre outros; também são criadas uma multiplicidade de novas empresas estatais para expandir seu aporte financeiro. Essas importantes mudanças geram maior disponibilidade de receitas para a autoridade central, de forma a impactar também no modo de financiamento do investimento público. A partir de 2006, em lugar de ser financiado pela poupança estrangeira, passa a ser financiado pela poupança doméstica (YAÑEZ, 2017).

É então no governo MAS que se observa uma expansão significativa do Estado na economia: este, através do aumento de seus canais de captação de recursos, passa a ter maior peso na alocação do valor gerado no interior da economia. Mesmo assim, não busca desvencilhar-se de sua função enquanto provedor de bens e serviços públicos, muito menos de parcerias com o capital estrangeiro ou privado nacional, mas se relaciona com os demais agentes em uma posição ativa de competição, um comportamento efetivamente empresarial, como destaca José Gabriel Espinoza Yañez:

“En este sentido, la relación de la empresa pública con la empresa privada ha sido importante, ya que es a través del esfuerzo del sector público que se han desarrollado importantes empresas en el sector privado. Ejemplos de esto son los complejos azucareros, aceiteros y de beneficiado de arroz, así como textileras y fábricas de insumos como el cemento. En el ámbito de los transportes la intervención estatal ha sido aún más importante, ya que más allá de la

construcción de infraestructura, los aportes estatales ayudaron a desarrollar las empresas ferrocarrileras, así como aeronáuticas” (YAÑEZ, 2017, p. 207).

Ainda no que concerne à nova forma de funcionamento do Estado na economia boliviana, vale destacar sua entrada com majoritária participação acionária em diversas empresas pelo país, além de subscrever o repúdio a déficits fiscais, em prol de saldos orçamentários sempre positivos (reafirmando seu sentido enquanto empresa). Isso implica que a manutenção de suas fontes de receita deve prevalecer sobre outras preocupações econômicas, como, por exemplo, a taxa de desemprego, a qual está intimamente conectada a constatação de uma população boliviana majoritariamente empregada no setor informal da economia; não obstante esse novo modelo, foi no setor informal aonde se encontraram as melhores perspectivas para a expansão do setor privado, principalmente na emergência de uma nova burguesia mineradora.

De fato, apesar do discurso oficial do governo insistir nos avanços decorrentes das políticas de redistribuição de renda, seus resultados seriam de fato significativos com relação à diminuição da pobreza e da pobreza extrema, mas acabam apresentando certas ambiguidades ao se analisar outros aspectos de melhoria de vida da classe trabalhadora. Tomando como exemplo a política salarial, mesmo com sua grande dinamicidade e com incrementos substanciais, tanto do salário mínimo como do salário médio, ela acabou por beneficiar somente 30% da população economicamente ativa. Se faz mister mencionar também que as transferências de renda, como os benefícios assistenciais “Juancito Pinto” e “Renta Dignidad”, com o objetivo de adicionar progressividade ao gasto público, acabam tendo seus resultados questionados dado o efeito regressivo dos impostos indiretos sobre a renda da população.

Finalmente, a partir de 2012, passa a se verificar uma queda suave dos preços internacionais das principais commodities de exportação da Bolívia⁹, colocando a sustentabilidade do progresso social e da redução da desigualdade em xeque, dados os efeitos contrários decorrentes da diminuição do valor acumulado. Num contexto de crise e, conseqüentemente, de crescente instabilidade, as diversas parcelas de classes buscam amortizar ao máximo suas perdas. Desse modo, não apenas o gasto público sofre um abalo (tendo de recorrer às próprias reservas internacionais e, em menor parte, ao crédito externo, para se sustentar), como também os setores extrativistas verificam perdas nos ganhos acumulados, terminando

⁹ A queda se prolonga até o ano de 2016, podendo se verificar uma leve recuperação nos anos seguintes, mas ainda muito abaixo do nível de crescimento antes da crise. (BANCO CENTRAL DE BOLÍVIA, 2018)

por desvelar a forte vulnerabilidade desse modelo e questionar os efeitos de longo prazo do neodesenvolvimentismo.

4. UMA CRÍTICA AO NEODESENVOLVIMENTISMO BOLIVIANO

Esta parte consistirá numa discussão das contradições presentes na economia política do governo Morales, que serão postas à luz e debatidas pela Teoria da Dependência. O esforço analítico se justifica pela tentativa de compreender as contradições do governo MAS em interação à atual conjuntura da crise política boliviana, que teve seu ponto mais alto no golpe civil-militar responsável por depor Evo Morales e Álvaro García Linera, em novembro de 2019.

O governo de Morales se formou em torno da rearticulação do extrativismo com as demandas externas tendo por finalidade conduzir o país a um maior desenvolvimento econômico e bem-estar social. Entretanto, o desenvolvimento industrial e tecnológico assume consequências peculiares dentro da economia dependente e isso se ilustra perfeitamente com a então denominada moderna mineração boliviana. Sua configuração enquanto atividade econômica moderna acontece ao reintegrar o país na nova divisão internacional do trabalho, isto é, ao inserir a Bolívia nos fluxos de comércio mundial, operando distante da economia nacional e mais próxima dos circuitos de reprodução do capital em âmbito internacional. Assim, a aquisição de plantas produtivas, maquinaria e de novas técnicas de produção, não perpassa o consumo intermediário, promovendo uma indústria de bens de consumo voltada para a circulação interna, dado que a aplicação tecnológica em economias de enclave, “não geram atividades econômicas novas através do encadeamento produtivo nem se integram no mercado local” (MACHADO; ZIBECCHI, 2017, p. 88). A indústria boliviana se mostrou cada vez mais dependente dos setores de bens de capital dos países capitalistas avançados, sem que de fato houvesse uma dinamização do seu mercado interno. A subordinação da Bolívia ao mercado mundial ocorre, portanto, em diferentes instâncias: não só com relação à exportação dos bens-primários, mas também da importação de produtos alimentícios e maquinário tecnológico, pois o setor agropecuário boliviano não atende às demandas do mercado interno e as tecnologias importadas dos países imperialistas acarretam numa maior subordinação ao mercado externo.

A reatualização da divisão internacional do trabalho força um processo de reprimarização econômica da Bolívia, o que agrava substancialmente a exploração sobre o trabalhador, reforçando as transferências de valor aos países imperialistas e subimperialistas. Essas transferências são compensadas

de forma tipicamente dependente: pela superexploração da força de trabalho. O regime de superexploração busca recompor as taxas de lucro através da elevação da taxa de mais-valia, ou seja, na fase da produção, prolongando a jornada laboral, intensificando o trabalho e /ou forçando o salários dos trabalhadores para baixo, sem que a redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho. A exemplo da Bolívia, a superexploração aparece principalmente tanto nos casos das cooperativas mineiras, quanto no caso do setor de processamento de hidrocarbonetos:

El éxito de la política hidrocarburífera llevada hasta el año 2005, reflejado esencialmente en la consolidación del proyecto de exportación de gas natural Bolivia-Brasil, llevó (con alta probabilidad) a incrementar la participación estatal en el sector hidrocarburos. Sin embargo, esta mayor participación se profundiza en la mayor explotación de los campos y mayores volúmenes de exportación de gas natural como materia prima, relegando la apertura de nuevos mercados y descubrimiento de nuevas reservas a un segundo plano. (MONRROY, 2017, p. 140)

Também o setor informal das cooperativas mineiras deve ser devidamente pontuado. Se trata de um ramo que, apoiado pelo boom nos preços das commodities e pelas diversas vantagens obtidas do governo, demonstrou considerável expansão, abrigando camadas da população que vão desde uma alta elite político-econômica de empresários gerenciais (com rendimentos que chegam até 60 mil bolivianos por mês), até trabalhadores subcontratados em situação de superexploração (com rendimentos de até 1.500 bolivianos), a exemplo dos peões de minas (LOHMAN, 2014). As cooperativas, vale destacar, são extremamente vulneráveis às flutuações de preços dos minérios, sendo a elas reservadas o adequado prognóstico de Jordán Pozo (2017, p. 264,) “Con la continuada baja en los precios podría gestarse el estallido de una bomba de tiempo social.”

A estrutura de produção implementada na Bolívia, aliada ao regime de acumulação orientado pela superexploração da força de trabalho nos setores de hidrocarbonetos e mineração, gradativamente se separa das necessidades reais de consumo das massas trabalhadoras. As políticas de incremento salarial não alcançam de maneira suficiente grande parte da população, tornando questionável em que medida se consegue gerar um maior consumo interno de forma a sustentar a demanda agregada em vias de uma realização da mais-valia não acumulada. De acordo com Marini (2012), as mercadorias provenientes da produção interna são criadas em função de sua realização externa via mercado mundial, e não com a finalidade de satisfazer as necessidades populares, característica ocasionada pela redução do nível médio salarial abaixo do valor da força de trabalho no contexto da mineração cooperativista e dos

hidrocarbonetos. Isso gera uma forte agudização da luta de classes e um aumento da insatisfação em parte da base popular de legitimação do governo de Evo Morales.

Portanto, o Estado assume um importante papel na tentativa de contrapor ou frear a agudização das tendências de baixa capacidade de consumo da massa trabalhadora. À primeira vista, o Estado pós-neoliberal - a partir de políticas públicas de transferência de renda, saúde e educação, subsídio de preços de certos setores produtivos - se incumbem com a função de manter um nível de renda capaz de estimular a circulação interna de capital, a princípio, assegurando um nível básico de consumo da classe trabalhadora. Um olhar mais profundo da nova configuração dessa instituição consegue captar melhor suas tensões essenciais.

Vale lembrar que, à medida que o desenvolvimento capitalista avança, aumenta também a concentração e centralização de capitais, produzindo um ambiente cada vez mais competitivo. Isso exige montantes cada vez maiores de investimentos por parte dos capitalistas para dar continuidade ao ciclo e tentar recuperar as taxas de lucro. Portanto, tal necessidade cada vez mais presente passa a conformar a figura do Estado empresarial. O novo ator, ou seja, o “Estado-empresa”, propicia a institucionalidade política e social capaz de dar prosseguimento às práticas de espoliação e superexploração, porque devolve ao sistema capitalista certa legitimidade - pelos setores populares, via ampliação de políticas de transferência de renda, e pelos setores burgueses, via políticas de subsídio de preços e de proteção jurídica ao capital estrangeiro (MACHADO; ZIBECHI, 2017). Aqui revela-se uma contradição central: a da tentativa de promover justiça social ao mesmo tempo que se aprofunda e faz avançar processos de acumulação e espoliação.

A política de conciliação de classes tenciona seus limites, principalmente quando do incidente da construção de uma rodovia que passaria por uma grande reserva ecológica e território indígena autônomo, o TIPNIS, que terminou com fortes repressões por parte do governo central e o efetivo rompimento com sua base social, de apoio ao governo Morales. O governo, anteriormente eleito com uma posição ambientalmente amigável foi abandonando-a paulatinamente. A política efetiva e concreta, foi, na verdade, de maximizar a renda passível de se extrair dos recursos naturais, ao lado dos interesses de acumulação mineira e agropecuária.

Dessa forma, muitas das contradições do capitalismo periférico sob uma recentralização da atuação do Estado na extração de uma parcela da mais-valia acabam se exacerbando, muito mais que se mitigando. Na verdade, adiciona maior complexidade ao conflito inerente à sociedade capitalista, no qual, por motivos já anteriormente discutidos na parte 2, traz ainda elementos da tradição neoliberal. As

debilitadas tentativas de restituir o poder de compra perdido pelas classes populares, através de reajustes salariais e assistencialismos, amplificam as contradições internas à economia boliviana, na medida em que o Estado se recusa a implementar, aliadas às políticas de empoderamento do consumo popular, efetivas medidas de controle dos grupos privilegiados que furtam imensas massas de lucro através da superexploração da força de trabalho. Em parte, o próprio governo se encarregou de auxiliar mais ainda essas burguesias, como no caso das cooperativas mineiras, que correspondiam a uma elite econômica ascendente, em que o Estado assegurava preços subsidiados, menores obrigações tributárias, facilidade de comercialização e uma série de outros privilégios, como eximir o cumprimento das leis trabalhistas – o que contribuía ainda mais para a superexploração. Não existia, portanto, nenhuma política real de transferência de renda das camadas burguesas aos trabalhadores e, em certos casos, se verificava um agravamento da situação social em que se encontrava algumas camadas da classe trabalhadora.

A importância do Estado na atual fase de expansão do capitalismo deve recuperar também a relação que se coloca entre os demais Estados num contexto de profunda globalização. No contexto de exportação de capitais no período pós-guerra, países como o Brasil lograram uma maior composição orgânica do capital ao aumento a proporção entre meios de produção e força de trabalho, o que desenvolveu o setor nacional de bens duráveis. Marini diz:

“El subimperialismo corresponde a la expresión perversa de un fenómeno resultante de la diferenciación de la economía mundial, con base en la internacionalización del capital, que llevó a la superación de la división simple del trabajo —expresa en la relación centro-periferia, tematizada por la Cepal— en provecho de un sistema mucho más complejo. En él, la difusión de la industria manufacturera, elevando la composición orgánica media del capital, es decir, la relación entre medios de producción y fuerza de trabajo, da lugar a subcentros económicos (y políticos), dotados de relativa autonomía, aunque permanezcan subordinados a la dinámica global impuesta por los grandes centros. Como Brasil, países como Argentina, Israel, Irán, Irak y Sudáfrica asumen —o han asumido, en cierto momento de su evolución reciente— carácter subimperialista, al lado de otros subcentros en los que esa tendencia no se ha manifestado plenamente o tan solo se ha insinuado, como es el caso, en América Latina, de México y Venezuela” (MARINI, 1993).

Como já salientamos, o subimperialismo se mostra a partir do desenvolvimento industrial da indústria pesada – com o predomínio dos investimentos externos –, organizada em torno da produção de bens de capital e bens de consumo suntuário, na conjuntura própria do capitalismo dependente –

superexploração da força de trabalho e a cisão entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas populares. O subimperialismo brasileiro é uma resposta aos problemas de realização próprios à economia dependente, cuja função é buscar restaurar a unidade entre produção e a realização do valor, fazendo uso de uma política expansionista relativamente autônoma, logrando uma esfera de influência regional própria, mas que ainda se mantém circunscrito à hegemonia do imperialismo dominante.

No marco dessa conjuntura peculiar é que se compreende a relação política e econômica entre Brasil e Bolívia, em que o primeiro, logrando uma posição privilegiada, recorre a uma forte influência regional na busca pela realização da sua produção, exportando capitais, investimentos e manufaturas. Nesse sentido, a relação com o Brasil torna a Bolívia ainda mais suscetível às oscilações econômicas e políticas brasileiras, além de transferir somas de valor ao país subimperialista.

5. CONCLUSÃO

Acima se demonstrou que o discurso neodesenvolvimentista boliviano deixa muito a desejar frente aos seus projetos de justiça social, de uma economia comunitária e de um governo popular, pois longe de conseguir superar as mazelas do capitalismo periférico, acaba por reforçar a dinâmica do capitalismo global. Nesse sentido, o processo de capitalização do Estado com a finalidade de alcançar um desenvolvimento endógeno é perdida pelo aprofundamento da dependência

Grande parte dos conflitos políticos ao longo da história boliviana giraram em torno da distribuição da renda acumulada pela exploração dos recursos naturais e os recentes acontecimentos que lá se verificam não são exceção. O Estado empresarial, a moderna mineração, as cooperativas, a crescente agricultura comercial e as camadas populares, todos se circunscrevem no contexto de uma sociedade baseada no conflito distributivo, tal como é a sociedade capitalista, que se desdobra em ciclos expansivos e em circunstâncias de profunda crise, como em momentos de golpes de Estado.

Não pretendemos aqui ignorar a fundamental importância que representam determinados agentes políticos na execução de um golpe de Estado, como o ocorrido na Bolívia em novembro de 2019. Reconhecemos a destacada importância que tiveram as Forças Armadas na deposição de Evo Morales e repressão violenta da população, os canais midiáticos na agitação e desinformação das massas, esfera jurídica na perseguição da resistência de militantes políticos e grupos religiosos de extrema direita. O que finalmente se deseja é apontar os principais determinantes da economia política que desaguaram no mais recente golpe, entendendo o contexto de crise como que de continuidade com a discussão

anteriormente realizada das contradições presentes no governo de Evo Morales, visando entender o fenômeno enquanto *processo histórico*.

A última grande notícia que se pode verificar com relação ao governo de Evo Morales foi o ambicioso projeto de industrialização das maiores reservas de lítio em salmoura do mundo, no Salar Uyuni, numa tentativa de integrar cadeias que são comumente separadas nos circuitos de produção globalizada. A chamada *Estrategia Nacional de Industrialización de los Recursos Evaporíticos* reunia três fases entendidas da seguinte forma: i) na produção de commodities de lítio e potássio em escala piloto; ii) fornecimento de infraestrutura e condições necessárias para o Estado boliviano produzir commodities de lítio e potássio em escala industrial; iii) pela aprofundação das etapas de industrialização através do fabrico de materiais de cátodo e baterias de lítio. Ademais, o projeto seria concretizado em parceria com a empresa alemã ACY Systems (com a participação majoritária do governo, através da YLB, mantida em 51%), chegando a assinar também um outro acordo preliminar com o consórcio chinês TBEA-Baocheng para construir plantas de industrialização de lítio nas salinas de Coipasa e Pastos Grandes (SANCHEZ, 2019).

Con esto se esperaba que el Estado Boliviano tenga total control y conocimiento del procesamiento y producción de los recursos del Salar Uyuni. Esto le permitiría, una vez consolidado, insertarse en el mercado mundial del litio sin depender ni de los recursos, ni de las maquinarias, ni de las inversiones, ni de la técnica, ni de las condiciones de las grandes multinacionales. El litio de los salares bolivianos se explotaría desde y para ese mismo país. (SANCHEZ, 2019)

De suma relevância é o fato de que o lítio pode ser compreendido como elemento central na mudança da matriz energética e do padrão tecnológico atuais, ou seja, como ponto nodal na disputa geopolítica sobre os recursos naturais capazes de garantir poder substancial para uma transição hegemônica. As políticas que se projetavam em torno do lítio, mostravam o maior potencial de supressão, mesmo que parcial, das relações de produção própria ao capitalismo dependente dentro da Bolívia contemporânea, marcando, possivelmente, o momento mais ambicioso do governo Morales até então, em contraste com agenda da reprimarização e exportação. Contraditoriamente, as políticas econômicas anteriores implementadas por Evo Morales, embora trazendo alto desenvolvimento econômico e inegáveis melhorias sociais no interior do país, marcavam um acentuamento das dinâmicas de dependência e maior subordinação ao imperialismo. Nesse sentido, Marini afirma que “a consequência

da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 1973, p. 4).

Por fim, analisando e discutindo a trajetória do Estado Plurinacional da Bolívia, corroboramos com a ideia de que o conceito de socialismo do século XXI foi esvaziado, deturpado enquanto equivalente ao triunfo do Estado-empresa e, portanto, assumindo primeiramente a farsa do neodesenvolvimentismo e mais recentemente, enfrentando a tragédia de um golpe militar. O que se prometeu enquanto modelo de transição de uma sociedade capitalista em direção a uma nova sociedade de valor comunitário que buscava fortalecer as tradições andinas foi sufocado pela suposta política do consenso e da centralidade do poder estatal, que suprime a noção de luta de classes, conceito sob o qual se organiza de forma autônoma e heterogênea o poder popular. Nesse sentido, se obscureceu o fato de que o socialismo, em sua práxis, não guarda identidade direta com o modo de produção em si. Por não se reduzir ao mero desenvolvimento das forças produtivas, não pode ser entendido como prolongação natural do capitalismo sob uma contemporânea forma de maior participação estatal. Somente a renovação do conceito de socialismo no século XXI poderá quebrar o ciclo eterno de reprodução da dependência que gera mais dependência.

BIBLIOGRAFIA

ANAYA, Rolando Morales. Crecimiento y desarrollo. El desarrollo de Bolivia en el siglo XX y a comienzos del siglo XXI. In: VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván. (Org.). **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015): Tomo II**. 1. ed. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 43 - 88;

BANCO CENTRAL DE BOLIVIA – BCB. **Reporte de capital privado extranjero en Bolivia: Gestión 2017**. La Paz: 2018;

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**, 1978. Disponível em: https://www.lahaine.org/amauta/b2-img/vaniadependencia_02.pdf. Acesso em: 03/07/2020

CALLINICOS, Alex. Introdução ao Capital de Karl Marx. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 1, n. 38, p. 1-19. 2004;

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência: vol. 1**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011;

_____. **Capital: essência e aparência: vol. 2**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013;

LOHMAN, Huáscar Salazar. **Se han adueñado del proceso de lucha**. 1. ed. Cochabamba: SOCEE/Autodeterminación, 2015;

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018;

MACHADO, D.; ZIBECCHI, R. **Os limites do progressismo**: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017;

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 1973. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf. Acesso em: 07/03/2020;

_____. **Los caminos de la integración latinoamericana**, 1993. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/003_libros_marini.html. Acesso em: 07/03/2020;

_____. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**, 1977. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html. Acesso em: 07/03/2020;

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012;

MONRROY, S. Mauricio Medinaceli. Reseña histórica del sector hidrocarburos en Bolivia (1916-2016). In: VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván. (Org.). **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015): Tomo II**. 1. ed. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 91 – 166;

RAMIREZ F., Nilton; SAAVEDRA, Enrique Ormachea. **Propiedad colectiva de la tierra y producción agrícola capitalista**: El caso de la quinua en el Altiplano sur de Bolivia. 1. ed. La Paz: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario – CEDLA, 2013;

ROCA, Carlos Toranzo. Élités económicas en los siglos XX y XXI. In: VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván. (Org.). **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015): Tomo I**. 1. ed. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 469 – 504;

POZO, Rolando Felipe Jordán. Minería. Paradojas del proceso de construcción del capitalismo en Bolivia. In: VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván. (Org.). **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015): Tomo I**. 1. ed. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 221 – 273;

SAAD FILHO, Alfredo. **O Valor de Marx**. 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011;

SANCHÉZ, Agustina. **Detrás del Golpe: la industrialización del litio en Bolivia**, 2019. Disponível em: <https://www.clacso.org/detras-del-golpe-la-industrializacion-del-litio-en-bolivia/>. Acesso em: 07/03/2020

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Subimperialismo e Dependência na América Latina**: o pensamento de Ruy Mauro Marini. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018;

YAÑEZ, José Gabriel Espinoza. Las empresas del Estado en el siglo XX y XXI. In: VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván. (Org.). **Un siglo de economía en Bolivia (1900-2015): Tomo II**. 1. ed. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 169 – 208.